

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.050, DE 18 DE MAIO DE 2021

**(ALTERA A LEI Nº 7.408/1985, E A LEI Nº 9.503/1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO
BRASILEIRO)**

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.050, publicada no DOU de 19/05/2021, para alterar a Lei nº 7.408/985 (permite a tolerância de 5% na pesagem de carga em veículos de transporte); e a Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

➤ **Confira as alterações:**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/05/2021 | Edição: 93 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.050, DE 18 DE MAIO DE 2021

Altera a [Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985](#), e a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o [art. 62 da Constituição](#), adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º A [Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....
.....
II - doze inteiros e cinco décimos por cento sobre os limites de peso bruto transmitido por eixo de veículos à superfície das vias públicas.

§ 1º Para fins de fiscalização de veículos com peso bruto total igual ou inferior a cinquenta toneladas, admite-se tolerância superior à prevista no inciso II do **caput**, desde que respeitados a tolerância prevista no inciso I do **caput** e o limite técnico por eixo definido pelo fabricante.

§ 2º Caberá ao Conselho Nacional de Trânsito regular o disposto no **caput** e no § 1º, sem prejuízo da aplicação imediata do disposto neste artigo.

§ 3º Os limites de peso bruto não se aplicam aos locais não abrangidos pelo disposto no art. 2º da [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Código de Trânsito Brasileiro." (NR)

"Art. 3º Esta Lei vigorará até 30 de abril de 2022." (NR)

Art. 2º A [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 271.
.....
.....

§ 9º-A Quando não for possível sanar a irregularidade no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, será liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra apresentação de recibo, assinalando-se ao condutor prazo razoável, não superior a quinze dias, para regularizar a situação, e será considerado notificado para essa finalidade na mesma ocasião.

§ 9º-B O disposto no § 9º-A não se aplica à infração prevista no inciso V do **caput** do art. 230.

§ 9º-C Não efetuada a regularização no prazo a que se refere o § 9º-A, será feito registro de restrição administrativa no Renavam por órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, que será retirada após comprovada a regularização.

§ 9º-D O descumprimento das obrigações estabelecidas no § 9º-A resultará em recolhimento do veículo ao depósito, aplicando-se, nesse caso, o disposto neste artigo.

....."
(NR)

Art. 3º Fica revogado o [parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.408, de 1985](#).

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de maio de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

**JAIR MESSIAS
BOLSONARO**

*Anderson Gustavo
Torres
Tarcisio Gomes de
Freitas*

*Brasília, 19/05/2021
Jerusa Netto Ramos*

REFERÊNCIA:

- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.050-de-18-de-maio-de-2021-320601248>